

ASPECTOS PRÁTICOS DO CUMPRIMENTO DAS ORDENS JUDICIAIS – ROJ

Competência Técnica: Processamento

Conhecimentos relacionados: Procedimentos em Central de Cumprimento de Mandados

Objetivo Geral

Proporcionar aos oficiais de justiça revisão de conceitos, atualização de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, objetivando sua capacitação e a melhoria contínua no exercício de suas funções.

Objetivos Específicos

- Promover o alinhamento e o compromisso com objetivos e metas estratégicos e operacionais do TJERJ.
- Desenvolver o conhecimento da legislação pertinente às funções do OJA através da análise sistemática e da interpretação padronizada.
- Promover a sistematização e padronização no cumprimento das ordens judiciais: espécies de diligências, lavraturas de autos e certidões e demais atos; objetivando sua eficácia, com melhora contínua da eficiência, no sentido da efetividade da prestação jurisdicional.
- Promover a troca de experiências como facilitadora da identificação de problemas que dificultam o cumprimento eficaz dos mandados no tempo adequado à sua natureza, buscando suas possíveis causas.
- Desenvolver o comprometimento pessoal com a avaliação de resultados através do estímulo à utilização dos indicadores de desempenho e ferramentas disponíveis no SCM.
- Desenvolver atitude ética, pessoal e profissional alinhada com os valores do PJERJ.
- Desenvolver uma postura comportamental padronizada e adequada à função e à natureza de cada diligência.
- Desenvolver uma compreensão sistêmica do objetivo da função do OJA.
- Facilitar a comunicação e a convergência de esforços entre Magistrados, chefias e demais servidores, desenvolvendo um ambiente de trabalho adequado e favorável à realização dos objetivos e metas.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, dinâmicas em grupo e recursos audiovisuais.

Conteúdo Programático

- Legislação relacionada ao exercício da função de Oficial de Justiça Avaliador e à Central de Mandados:
 - Constituição Federal;
 - Legislação Processual Civil e Penal;
 - Código de Organização Judiciária (CODJERJ);
 - Consolidação Normativa da CGJ/TJ/RJ;
 - Atos, Provimentos e Avisos do TJ/RJ;
- Conceito e noções gerais sobre o cargo.
- Atos e funções dos oficiais de justiça.
- Conceito de mandado. Recebimento e procedimentos prévios ao cumprimento de mandados.
- Atribuições legais dos oficiais de justiça.
- Aspectos formais dos atos praticados pelos oficiais de justiça.
- A fé pública e os documentos lavrados pelos oficiais de justiça: Certidão, Auto, Laudo e Informação.
- Mandados de Comunicação Processual: Citação, Intimação e Notificação.
- Procedimento da Citação com Hora Certa.
- Ordens Judiciais de Cumprimento Complexo: constrição patrimonial, coerção física, busca e apreensão e medidas protetivas.
- Mandados de Constrição Patrimonial: Penhora, Arresto, Sequestro, Entrega, Arrolamento de Bens, Depósito, Despejo, Verificação e Imissão na Posse, Reintegração e Manutenção na Posse.
- Mandados de Coerção Física: Condução e Prisão.
- Busca e Apreensão – Caráter Híbrido.
- Medidas Protetivas: Afastamento do Lar.
- Alvará de Soltura.
- Classificação do resultado das diligências e os procedimentos de devolução dos mandados.
- Acompanhamento do trabalho, aspectos organizacionais e avaliação dos resultados.
- Atuação como *Longa Manus* e Aspectos Relacionais Internos.
- Aspectos relacionais externos e as dificuldades encontradas no cumprimento das diligências.
- Aspectos Cognitivos e Comportamentais:
 - Postura ética e atitude profissional;
 - Vestimenta e linguajar adequados;
 - Linguagem clara e adequada ao público alvo;
 - Comunicação objetiva e não violenta.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Carga horária

12 horas

Bibliografia

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito Processual Civil*. 5 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ALVIM, J. E. Carreira. *Código de Processo Civil Reformado*, vol. 1, 8 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. 2, 4 ed. Rio de Janeiro, Forense: 2005.

BARROSO, Luís Roberto. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. *Interpretação e Aplicação da Constituição*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo Código de Processo Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. O “Modelo Constitucional do Direito Processual Civil”. In: JAYME, Fernando Gonzaga. FARIA, Juliana Cordeiro de. LAUAR, Maria Terra (coord.). *Processo Civil – Novas Tendências: homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. P. 157-166.

DA SILVA, Ovídio A. Baptista. Da Função à Estrutura. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. a. 33, n. 158, abr./2008.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

_____. *Curso de Direito Processual Civil: execução*. Fredie Didier Junior, Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga, Rafael Alexandria de Oliveira – 7. Ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

_____. *A invalidação dos atos processuais no processo civil brasileiro*. Disponível em: <http://www.frediedidier.com.br/artigos/a-invalidacao-dos-atos-processuais-no-processo-civil-brasileiro/>

_____ *Cláusulas Gerais Processuais*. Disponível em:
<http://www.frediedidier.com.br/artigos/clausulas-gerais-processuais/>

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*, v. 3. São Paulo: Malheiros, 2001.

FACHIN, Luiz Edson. *Prisão civil do devedor de alimentos no novo CPC*. Disponível em:
<http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/154745471/prisao-civil-do-devedor-de-alimentos-no-novo-cpc-artigo-do-professor-luiz-edson-fachin>

[FLEXA, Alexandre. *Novo Código de Processo Civil: temas inéditos, mudanças e supressões*. 2. Ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016.](#)

MARQUES, José Frederico. *Manual de Direito Processual Civil*. v. 1, 9ª ed. Campinas-SP: Millenium Editora, 2003.

NERY JR., Nelson. Citação com Hora Certa – Fé Pública. *Justitia*, São Paulo, 1986. a. 48, vol. 135, jul.-set./1986.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil Comentado*. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

PINHEIRO, Fabiano Caribé. *A autonomia dos oficiais de justiça no exercício dos atos próprios do seu ofício*. Disponível em:
<http://jus.com.br/artigos/10096>.

_____ O *modus procedendi* em ações que tramitam sob sigilo de justiça. Análise detalhada. *Revista de Processo*. São Paulo, 2011. a. 36, vol. 193, mar./2011.

PIRES, Leonel Baldasso. *O oficial de justiça: princípios de prática*. 4 ed. rev. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SOARES, Matilde de Paula. *Manual prático- teórico do oficial de justiça avaliador federal e estadual*. 2 ed. (ano 2008) 2 reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

SOUZA, Marlene Marlei de. *A importância dos Princípios Constitucionais no Processo*. Associação Brasileira de Direito Processual Civil, 2005. Disponível em: <http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/a-importancia-dos-principios-constitucionais-no-processo/marlene-marlei-de-souza.pdf>

TESHEINER, José Maria. *Pressupostos processuais e nulidades no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2000.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil – Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento*. 54ª ed., v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2013.